

# Resposta comum à tragédia: da teoria das relações internacionais ao contributo dos países, das organizações e dos indivíduos

Ana Paula Brandão, Carolina Machado e Lígia Costa Pinto  
Escola de Economia e Gestão  
<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.186.5>

---

## INTRODUÇÃO

À semelhança dos restantes 16 ODS, o ODS13 dedicado à ação climática é multifacetado e pode ser subdividido em 6 ações. De entre estas, a análise que aqui se propõe, evidencia o contributo das Relações Internacionais, da Economia, e da Gestão. Assim, acentua-se a dimensão internacional do problema e das políticas nomeadamente de mitigação, mas também as de adaptação numa perspetiva de equidade entre diferentes geografias. Inclui-se ainda a necessária participação das organizações quer na implementação das políticas, quer numa perspetiva de abordagem voluntária, nomeadamente a integrável nos conceitos de responsabilidade social e ambiental das organizações. Integra-se adicionalmente os contributos da ciência económica a dois níveis: o nível nacional e internacional de formulação e avaliação de políticas ambientais e económicas, bem como a formulação que as mesmas devem assumir para que os agentes individuais e institucionais adotem os comportamentos conducentes ao seu sucesso.

## O CONTRIBUTO DA RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A questão ambiental, inicialmente fechada na esfera do privado, passou a politizada nos anos 60 e, na versão extremada da politização, securitizada<sup>1</sup> nos anos 90 do século XX, tendo ascendido nas agendas políticas, do nível global ao nível local. Neste contexto, as alterações climáticas, em particular, tornaram-se um assunto saliente<sup>2</sup> das referidas agendas.

As Relações Internacionais despertaram para o problema na década de 70, na sequência da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Ambiente Humano, que, em Estocolmo, entre 3 e 16 junho de 1972, reuniu 113 Estados e aprovou uma Declaração e um Plano de Ação para “preservar e melhorar o meio ambiente humano”<sup>3</sup>.

Diferentemente do paradigma Realista, centrado no Estado, no poder e no conflito num ambiente anárquico (Williams, Wright, & Evans, 1993, p.5), o Institucionalismo Liberal afirmou-se como *mainstream* no estudo das questões ambientais internacionais (Vogler, 2022), ao olhar para a cooperação internacional, o papel das Organizações Internacionais, o multilateralismo, na construção de regimes internacionais<sup>4</sup> no domínio do ambiente (Young, 2002), bem como para os constrangimentos e os limites estatais que conduzem ao declínio da coerência dos mesmos (Keohane & Victor, 2011). Se por um lado, apresenta evidência de que há uma “mudança ambiental global” em curso, por outro, alerta para o comportamento dos Estados Unidos como o principal obstáculo a “um

1 “In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure).” (Buzan, Waever & Wilde, 1998, pp. 23-24)

2 Na dupla aceção de saliência, em termos de importância e como problema (Wlezien, 2005).

3 Para mais informação, consultar [www.un.org/en/conferences/environment](http://www.un.org/en/conferences/environment).

4 Um regime internacional consiste em: “sets of implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given area of international relations” (Krasner, 2007, p. 3). Sobre regimes ambientais internacionais, ver, por exemplo: Victor, Raustiala, Skolnikoff, 1998; Young, 1999.

regime climático coerente” (Kheoane, 2012, p. 135) e, em contraste, a emergência da União Europeia como líder ambiental global (Wurzel & Connolly, 2011).

As alterações climáticas entram na categorização de *wicked problem* (Head, 2022; Rittel & Weber, 1973), considerando a complexidade, a multidimensionalidade, a transnacionalidade do problema e inerentes incerteza e contestação sobre a resposta ao mesmo. Esta complexidade evidenciou os limites da lente cooperativa internacional do Institucionalismo Liberal, suscitando a proliferação de estudos sob a ótica da governação (*governance*), a partir de meados da década de 90 do século XX, conforme demonstrado por uma revisão sistemática da literatura sobre governação climática (*climate governance*), que identificou seis abordagens dominantes: global, multinível, adaptativa transnacional, experimental/transformativa, policêntrica (Sapiains, Ibarra Jiménez, *et al.*, 2021). Para lá das diferenças, as abordagens tendem a comungar de uma perspetiva de “governação sem governo” (Rosenau, 1992), que envolve a interação, descentralizada e heterárquica, entre diversos tipos atores, estatais e não estatais, em e entre diferentes níveis, do global ao local.

Distanciando-se do racional ontológico e epistemológico dos quadros teóricos do Institucionalismo Liberal e da Governação, as Teorias Críticas contestam as estruturas (económica, política, social) dominantes nas relações internacionais, pugnando por sistemas alternativos. Nesta linha, emergiu um *corpus* teórico – *Green Theory* – centrado no ecossistema (ecocentrismo) em alternativa ao antropocentrismo, nos valores ecológicos de longo prazo em alternativa aos interesses humanos de curto prazo (Goodin, 1992), numa abordagem descentralizada e no papel das comunidades locais, dos movimentos sociais ecologistas e das Organizações Não Governamentais em alternativa ao Estado, principal responsável pela crise ecológica, na limitação do crescimento em alternativa ao desenvolvimento baseado na sobre-exploração e redução dos recursos (Paterson, 2005, p. 257).

Numa agenda científica expansiva, importa ainda referir linhas de investigação que conectam as Relações Internacionais com outras áreas disciplinares. O estudo sobre a mitigação e adaptação às alterações climáticas sob a lente dos bens públicos globais promove projetos conjuntos com a Economia (Kaul, Conceição, Le Goulven, & Mendoza 2003). A análise dos efeitos do conflito armado sobre o ambiente, do ecocídio (Hough, 2014), ou do contributo do setor militar para a proteção ambiental (Dabelko, Lonergan, & Matthew, 2002) implicam a cooperação com as Ciências Naturais e com as Ciências Militares.

O contexto multicrítico<sup>5</sup>, que intensifica, por um lado, a redefinição política das prioridades em detrimento da agenda ambiental e, por outro, a narrativa das alterações climáticas como “multiplicadores de ameaça” (“*threat multiplier*”) (Dalby, 2015; Klobucista & Maizland, 2022), impele ao contributo das várias áreas que concorrem para a “gestão de crises”.

A politização do assunto catalisou a investigação das Relações Internacionais sobre questões ambientais, inicialmente dominada pela lente teórica do Institucionalismo Liberal. Esta agenda em expansão caracteriza-se hoje por um crescente e profícuo pluralismo teórico, empírico e metodológico. Num contexto em que as alterações climáticas constituem, nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, “desafio central do nosso século”, sendo “inaceitável, ultrajante e autodestrutivo colocá-las em segundo plano” (UNSG, 2022), dois reptos (reflexivos e operativos) se impõem às Relações Internacionais: Como o problema (alterações climáticas) molda e é moldado pelas Relações Internacionais (ciência)? Como aprofundar o diálogo intra- e inter-disciplinar em resposta a um problema complexo?

#### O CONTRIBUTO DA ECONOMIA

A ciência económica estuda o processo de escolha com base no conceito de custo de oportunidade. Este conceito é central em economia, de acordo com Hayek (1952), os grandes desenvolvimentos da ciência económica estão relacionados com o conceito de custo de oportunidade<sup>6</sup>.

Um outro conceito chave para o entendimento da natureza das alterações climáticas é o de bem público e de bem comum. Aquilo que distingue os bens comuns e públicos dos bens privados é o nível com que é possível excluir utilizadores através de um qualquer mecanismo, como seja o preço, e a forma como o uso que um indivíduo faz do bem rivaliza com o uso que outro indivíduo pode fazer – rivalidade no consumo.

Ao longo dos anos tem-se desenvolvido uma crescente rivalidade no consumo dos bens ambientais. Pode afirmar-se que antes da revolução industrial, a capacidade assimilativa do ambiente era relativamente elevada face ao dano

<sup>5</sup> Sucessão de crises interconectadas (“*polycrisis*”), em que a sensação de crise permanente (“*permacrisis*”, “*protracted turmoil*”) se tornou o “novo normal”.

<sup>6</sup> Por custo de oportunidade de uma alternativa entende-se o benefício de que se abdica pela não seleção da segunda melhor alternativa. Inerente a esta noção está o *trade-off*.

causado pelas atividades de produção, distribuição e consumo, mas o mesmo já não é verdade na era pós-revolução industrial, na qual se tornou mais evidente o custo de oportunidade das ações humanas sobre os ativos ambientais, emergindo, em consequência, os debates sobre os limites ao crescimento económico (Meadows et al, 1972) e mais recentemente os debates em torno do conceito de sustentabilidade (Brundtland, 1987).

Os problemas ambientais foram frequentemente associados à designada tragédia dos comuns (Hardin, 1968), segundo a qual bens sob um regime de propriedade comum, estariam inevitavelmente sujeitos a sobre utilização e consequente degradação. Contudo, existem documentadas na literatura muitas situações em que os utilizadores do recurso foram capazes de estabelecer regras de acesso entre si e promover dessa forma um uso sustentável do mesmo. Neste domínio o trabalho de Elinor Ostrom, prémio nobel da economia em 2009, identifica as condições nas quais são possíveis arranjos institucionais que evitam a tragédia dos comuns<sup>7</sup>.

A crescente consciencialização dos danos que as atividades humanas causam nos recursos ambientais e dos efeitos destes sobre a saúde e bem-estar humanos deram lugar à formulação de políticas ambientais e económicas no sentido de evitar, se possível, ou minimizar os efeitos adversos. No que concerne à ação climática, a política expressa nas ações associadas ao ODS13 incluem o reforço da resiliência e a capacidade de adaptação a riscos associados ao clima e a catástrofes naturais, a promoção da consciencialização e capacitação para adoção de medidas de mitigação, adaptação e redução do impacto das alterações climáticas, e ainda a criação de instrumentos financeiros que permitam a ajuda aos países menos desenvolvidos fazer a transição para sociedades menos vulneráveis, mais sustentáveis.

A dimensão económica das ações atrás enunciadas é clara em diversas perspetivas. O objetivo de qualquer política é transformar ou condicionar o comportamento dos cidadãos, em geral, ou dos agentes económicos, em particular. A abordagem mais tradicional da política económica á alteração de comportamentos consiste em incentivos económicos (positivos, como sejam os subsídios, ou descontos, e negativos, como sejam os impostos, por exemplo). A aplicação de incentivos altera o custo de oportunidade e dessa forma condiciona a escolha. Em alternativa, e mais recentemente, tem sido comum a aplicação de

<sup>7</sup> Para mais informação sobre o trabalho de Ostrom ver por exemplo, Ostrom (1987, 1988, 2015).

princípios da economia comportamental para condicionamento do comportamento. A economia comportamental reconhece que as escolhas individuais, em diversas circunstâncias, são regidas por outros critérios que não o preço, como sejam, por exemplo, heurísticas e inércia. Assim, a alteração da arquitetura de escolha, mas não do conjunto de escolhas possíveis ou do custo de oportunidade de cada uma, influencia a decisão <sup>8</sup>.

Um outro ramo de investigação em Economia analisa a escolha entre instrumentos de política com base em critérios de eficiência e equidade, o que requer a avaliação económica de custos, de benefícios e da distribuição dos mesmos, incluindo a dimensão temporal. Este processo requer a aplicação de metodologias como sejam, modelos de equilíbrio geral, metodologias de valoração de não mercado, entre outras. Os modelos de equilíbrio geral são abstrações que simulam, através de funções matemáticas, o funcionamento da economia nacional, mundial, ou regional, e que permitem calcular os impactos de alterações por exemplo de impostos, no Produto Interno de um país, no emprego, nas exportações, importações ou outros agregados económicos <sup>9</sup>.

Uma forma de avaliação de políticas alternativa, e eventualmente complementar, é o uso da economia experimental para testar a reação dos agentes aos incentivos propostos. A economia experimental consiste numa metodologia de recolha de dados de uma forma controlada, que pretende replicar as condições da teoria e manipular as variáveis de estudo de forma isolada e independente <sup>10</sup>.

Em suma, o entendimento da natureza do bem comum e das variáveis que afetam o seu uso é fundamental à conceção de abordagens eficazes. A ciência económica como ciência dos incentivos e da escolha, constitui-se como fulcral

8 Vários autores têm publicado artigos sobre a eficácia de intervenções comportamentais. Se por um lado, encontram vários cuja eficácia é limitada no tempo, outros há em que a eficácia permanece ao longo do tempo. Ver por exemplo, Brandon et al (2019), Bulte et al (2021), Ferraro and Price (2013) e Ferraro et al. (2011).

9 De realçar que os modelos de previsão assumem a permanência da estrutura, o que dificilmente ocorre em contexto de alterações climáticas.

10 A Economia experimental é uma metodologia de recolha de dados de forma controlada. Numa experiência económica, as decisões dos agentes são condicionadas pelos parâmetros da experiência. Destas decorrem efeitos sobre o mecanismo de pagamento, que deve ser saliente e monótono. Para mais informação sobre a metodologia experimental consultar por exemplo, Davis and Holt (2021).

na formulação de estratégias endereçadas à mitigação dos efeitos das alterações climáticas, uma vez que na base da eficácia das mesmas está a alteração das escolhas dos indivíduos, instituições e países.

### O CONTRIBUTO DA GESTÃO

É a partir dos anos 70 que o debate relativamente a uma ampla e efetiva responsabilidade social e ambiental na área dos negócios começa a exercer maior impacto nas empresas, dando lugar ao aparecimento do conceito de responsabilidade social empresarial (RSE) enquanto estrutura geral para as empresas que se preocupam com as questões sociais e ambientais relacionadas com os negócios (Loorbach and Wijsman, 2013). A partir desta fase começam-se a definir e implementar estratégias e políticas orientadas para o modo como as organizações atuam relativamente aos impactos ecológicos, e/ou a equidade social. Para estes autores, o desafio que aqui se coloca consiste em perceber de que forma a criação de valor económico para a empresa anda “de mãos dadas” com as limitações resultantes dos impactos ecológicos e uma atuação socialmente responsável. A este nível importa salientar que, se para alguns autores, como Friedman (1970) a RSE (orientada para os proprietários/acionistas) se deveria restringir à maximização do lucro e à obediência às leis, para outros (McGuire, 1963) o princípio que deve prevalecer é o de que a RS requer que as organizações, paralelamente às obrigações legais e económicas, devem também assumir responsabilidades para com a sociedade. Para Carroll (1979) existe uma relação linear entre a performance das organizações e a sua predisposição para cumprir não só com as suas responsabilidades económicas fundamentais e legais, como também com os seus deveres éticos e outras atividades de carácter filantrópico. Drucker (1984) defendia a ideia de que a rentabilidade e a responsabilidade são conceitos complementares, reforçando o princípio de que tal é desejável para os negócios.

A partir dos anos 2000 outras preocupações começam a ser realçadas. Defende-se a definição/implementação de uma estratégia de RSE numa perspetiva de longo prazo, a qual, assente num conjunto de valores sólidos e na integridade organizacional, contribuirá para a obtenção de benefícios para as organizações, ao mesmo tempo que contribui para o bem-estar da sociedade em geral. Neste seguimento, o World Business Council for Sustainable Development (2000) assume a RSE como um compromisso organizacional contínuo conducente ao desenvolvimento económico sustentável, contribuindo para uma crescente melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, famílias e comunidade envolvente (Jesus, Sarmiento e Duarte, 2017).

A Comissão das Comunidades Europeias (2001), na interação que se estabelece entre a organização e outros *stakeholders*, e numa base voluntária, passa a integrar as preocupações ambientais e sociais. De acordo com Jesus, Sarmiento e Duarte (2017:6) “Tal implica que se considere nas estratégias empresariais, as expectativas de todas as partes interessadas, assim como um princípio de inovação e melhoria contínua”. Realçado por estes autores, o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, assente em preocupações ambientais, económicas e sociais, começa a ser mais intensamente associado à RSE. É neste contexto que o Livro Verde (2001), estabelece que ser socialmente responsável, mais do que cumprir meramente as obrigações legais, requer que se vá bem mais longe, apostando-se, para tal, num efetivo investimento nas pessoas, no ambiente e nas relações com os diferentes *stakeholders* e comunidades locais. De entre as diversas Normas internacionais de RS que começam a surgir no contexto organizacional, de que são exemplo a SA8000, AA1000 e a ISO 14000, esta última, aplicada a todas as organizações, tem como objetivo promover a minimização dos efeitos perversos causados no ambiente pelas suas atividades. Procurando melhores desempenhos ambientais, o cumprimento desta Norma requer, por parte das organizações, a criação e implementação de um sistema de gestão ambiental, conducente, entre outros, a um menor consumo de energia e de matérias, uma redução de custos e desperdícios, uma gestão mais eficiente da cadeia de produção, uma melhoria das relações com os clientes e outros *stakeholders*, uma maior sensibilidade dos diferentes atores organizacionais no que respeita às questões de caráter ambiental nas suas vidas profissionais/pessoais.

A apetência das pessoas para as questões climáticas, seja na vida pessoal ou profissional, constitui um dos maiores desafios da atualidade. De acordo com a UNESCO-UNEVOC (2021) a transição para uma economia verde e resiliente ao clima pressupõe que se observe uma profunda mudança ao nível das competências/habilidades que as pessoas/profissionais possuem. No seguimento do Greening Technical and Vocational Education and Training: A Practical Guide for Institutions (UNESCO-UNEVOC, 2021), esta transição requer que a forma como os trabalhos são executados se altere, não só no que respeita ao desenvolvimento de novas competências que habilitem as pessoas a trabalhar em novas ocupações decorrentes das transformações climáticas, como também que os empregos existentes se tornem mais ecológicos. O desafio coloca-se, assim, ao nível das mudanças que se vão observando no conteúdo das funções, na forma como o trabalho é desenvolvido, bem como nas competências/habilidades dos

trabalhadores. Martinez-Fernandez, Hinojosa e Miranda (2010) partilhavam já o princípio de que, se por um lado, o desafio que se coloca consiste em garantir a existência de uma força de trabalho dotada das competências necessárias para responder aos novos empregos verdes que serão criados, por outro lado, o desafio consiste em priorizar a atualização das competências/habilidades para o exercício das funções já existentes e a atualização dos perfis profissionais para inclusão das habilidades verdes. Neste seguimento a UNESCO (2017) identifica um conjunto de competências que permitem aos indivíduos uma maior capacidade de adaptação num processo de transição verde, nomeadamente, competências de pensamento sistémico; orientadas para a antecipação; normativas; estratégicas; facilitadoras de colaboração; de pensamento crítico; de autoconsciência; e competências integradas de resolução de problemas. No âmbito das ações que integram o ‘ODS 13: Ação climática’ a aquisição destas competências por parte das pessoas/profissionais assume particular relevância ao ajudar a mitigar o impacto das transformações climáticas.

Do exposto resulta que a definição/implementação de estratégias por parte das organizações requer que se tenha em consideração a formação, requalificação e o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores/empregadores, face à necessidade de definição de estratégias de proteção ambiental (CESE, 2020). A transição para uma economia verde promove o aparecimento de novas profissões verdes, mas acima de tudo a ‘ecologização’ das já existentes, daqui resultando a necessidade de desenvolver novas competências/qualificações, as quais requerem uma intervenção efetiva dos diferentes níveis de ensino/formação, assumindo as universidades particular destaque.

Atento a toda esta problemática e desafios, o ensino da Gestão assume um papel chave na promoção da sensibilização e maior responsabilidade social e ambiental, e na adoção de atitudes, comportamentos e procedimentos conducentes a uma participação ativa na sociedade como agentes da mudança e promotores de maior cidadania ambiental.

## CONCLUSÃO

Neste capítulo examinamos os contributos das Relações Internacionais, da Economia, e da Gestão para o entendimento da natureza económica e social do problema, e para as respostas que têm sido desenvolvidas a vários níveis, nomeadamente o individual, o das organizações, o nacional, e o internacional. Resulta claro, da análise realizada, o contributo fundamental do quadro de análise teórico destas ciências para o entendimento da natureza do problema

das alterações climáticas e das opções de política no âmbito da ação climática. É igualmente saliente a complexidade dos desafios e das respostas pela transdisciplinaridade do problema e pela diversidade de atores envolvidos. A Universidade do Minho, e as suas Subunidades, são campos férteis de conhecimento povoados pelos decisores do futuro. Cabe-lhe a nobre missão de contribuir através do conhecimento que gera, e agrega, para a formação de cidadãos interventivos dotados de capacidade de análise e escolha fundamentada. Deve por isso transformar-se, antecipar-se aos desafios e ser exemplo!

#### REFERÊNCIAS

- Brandon, A., List, J. A., Metcalfe, R. D., Price, M. K., & Rundhammer, F. (2019). Testing for crowd out in social nudges: Evidence from a natural field experiment in the market for electricity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(12), 5293-5298.
- Brundtland, GH 1987. *Our Common Future: The World Commission on Environment and Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Bulte, E., List, J. A., & van Soest, D. (2021). Incentive spillovers in the workplace: Evidence from two field experiments. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 184, 137-149.
- Buzan, B., Waever, O., & de Wilde, J. (1998). *Security – A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rinner Publishers
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, 4 (4), 497-505.
- CESE (2020). *Rumo a uma estratégia da EU para melhorar as aptidões e as competências verdes para todos*. SOC/636, Comité Económico e Social Europeu.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Dabelko, G., Lonergan, S., & Matthew, R. (2002). State-of-the-art review on environment, security and development co-operation. [S.l.]: IUCN/ OECD.
- Dalby, S. (2015). Climate change and the insecurity. In S. O’Lear & S. Dalby (Eds.), *Reframing climate change: constructing ecological geopolitics*. Routledge.
- Davis, D. D., & Holt, C. A. (2021). *Experimental economics*. Princeton university press.
- Drucker, P. (1984). The new meaning of Corporate Social Responsibility. *California Management Review*. 26(2), 53-63.
- Ferraro, Paul J., and Michael K. Price. 2013. “Using Nonpecuniary Strategies to Influence Behavior: Evidence from a Large-Scale Field Experiment,” *Review of Economics and Statistics*, 95(1): 64-73.
- Ferraro, Paul J., Juan Jose Miranda, and Michael K. Price. 2011. “The Persistence of Treatment Effects with Norm-Based Policy Instruments: Evidence from a Randomized Environmental Policy Experiment,” *American Economic Review*, 101(3): 318-322.
- Friedman, M. (1970). The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*, 13 September, 17.
- Goodin, R. E. (1992). *Green political theory*. Cambridge: Polity Press.
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science* 162: 1243-1248.
- Hayek, F.A. (1952) *Counter Revolution of Science: Studies in the Abuse of Reason*, Glencoe, Ill., Free Press, 1952.
- Head, B. W. (2022). *Wicked problems in public policy: understanding and responding to complex challenges*. Cham: Palgrave MacMillan.
- Hough, P. (2014). *Environmental security: an introduction*. London: Routledge.
- Jesus, Tânia A.; Sarmiento, Manuela & Duarte, Manuela (2017). Ética e responsabilidade social. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 29, 3-30.
- Kaul, I., Conceição, P., Le Goulven, K. & Mendoza, R. U. (Eds.). (2003). *Providing global public goods: managing globalization*. New York: Oxford University Press.
- Keohane, R. O. (2012). Twenty years of Institutional Liberalism. *International Relations* 26 (2), pp. 125-138.
- Keohane, R. O., & Victor, D. G. (2011). The Regime Complex for Climate Change. *Perspectives on Politics*, 9 (1), pp. 7-23.
- Klobucista, C. & Maizland, L. (2022). *Perilous pathogens: how climate change is increasing the threat of diseases*. New York: Council on Foreign Relations.

- Krasner, S. (2007). Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables [1982]. In B. Simmons & R. Steinberg (Eds.), *International law and International Relations: an international organization reader* (pp. 3-17). Cambridge: Cambridge University Press. DOI:10.1017/CBO9780511808760.004.
- Livro Verde (2001). *Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*. Comissão Europeia. Bruxelas.
- Loorbach, Derk & Wijsman, Katinka (2013). Business transition management: exploring a new role for business in sustainability transitions. *Journal of Cleaner Production*. 45, 20-28.
- Martinez-Fernandez, Cristina; Hinojosa, Carlos e Miranda, Gabriela (2010). *Greening jobs and skills - Labour market implications of addressing climate change*. OECD, Local Economic and Employment Development (LEED), Working Paper Series. France.
- McGuire, J.W. (1963) *Business and Society*. McGraw-Hill, New York.
- Meadows, Donella; Dennis Meadows, Jørgen Randers & William Behrens (1972) *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe.
- Ostrom, E. (1987). Institutional arrangements for resolving the commons dilemma: Some contending approaches. In McCay, B. J., and Acheson, J. M. (eds.), *The question of the commons*. University of Arizona Press, Tucson, pp. 250-265.
- Ostrom, E. (1988). Institutional arrangements and the commons dilemma. In Ostrom, V., Feeny, D., and Picht, H. (eds.), *Rethinking Institutional Analysis and Development*. Institute for Contemporary Studies Press, San Francisco, pp. 101-139.
- Ostrom, E. (2015). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action* (Canto Classics). Cambridge: Cambridge University Press. DOI:10.1017/CBO9781316423936.
- Paterson, M. (2005). In S. Burchill, A. Linklater, R. Devetak et al. (Eds.), *Theories of International Relations* (3rd. Ed) (pp. 235-258). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Rosenau, J. (1992). *Governance without government: order and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rittel, H. W. J., & Weber, M. M. (1973). Dilemmas in a general theory of planning. *Policy Sciences* (4), pp. 155-169.
- Sapiains, R., Ibarra C., Jiménez G., et al. (2021). Exploring the contours of climate governance: an interdisciplinary systematic literature review from a southern perspective. *Environmental Policy and Government* 31, pp. 46-59. DOI: 10.1002/eet.1912.
- UNESCO (2017). *Education for Sustainable Development Goals*. Learning Objectives. UNESCO. Paris.
- UNESCO-UNEVOC (2021). *Skills development and climate change action plans - Enhancing TVET's contribution*. Education 2030, UNESCO. Germany.
- UNSG (United Nations Secretary-General). (2022). Secretary-General's remarks to High-Level opening of COP27 (7 November 2022). <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2022-11-07/secretary-generals-remarks-high-level-opening-of-cop27>.
- Victor, D. G., Raustiala, K., & Skolnikoff, E. B. (Eds.). (1998). *The Implementation and effectiveness of international environmental commitments: theory and practice* Cambridge: MIT Press.
- Vogler, J. (2022). Mainstream theories: realism, rationalism and revolutionism. In P. G. Harris (Ed.), *Routledge Handbook of Global Environmental Politics* (2<sup>nd</sup> Ed.) (pp. 33-44). Abingdon: Routledge.
- Vogler, J., & Imber, M. F. (Eds.) (1996). *The environment and international relations*. Abingdon: Routledge.
- Williams, H., Wright, M., & Evans, T. (Eds.). (1993). *A reader in International Relations and political theory*. Buckingham: Open University Press.
- Wlezien, C. (2005). On the salience of political issues: The problem with 'most important problem'. *Electoral Studies*, 24, pp. 555-579. DOI: 10.1016/j.electstud.2005.01.009.
- World Business Council for Sustainable Development (2000). *Corporate social responsibility: Making good business sense*. Geneva.
- Wurzel, R., & Connolly, J. (Eds.). (2011). *The European Union as a leader in international climate change politics*. Abingdon: Routledge.
- Young, O. R. (Ed.). (1999). *The effectiveness of international environmental regimes: causal connections and behavioral mechanisms*. Cambridge: MIT Press.
- Young, O. R. (1989). *International cooperation: building regimes for natural resources and the environment*. Ithaca, NY: Cornell University Press.